



Outubro, 2024

Orientações para o desenvolvimento de uma Comunidade de Prática

Diretrizes e Termos de Referência para o estado do Rio Grande do Sul



Índice

Índice.....	2
Introdução	4
Diretrizes para o desenvolvimento de uma comunidade de prática.....	6
Equipe coordenadora	6
Formatos: Tipos de atividades oferecidas pela comunidade de prática	7
Desenho das atividades	8
Implementação da comunidade de prática	9
Anexo 1 - Termos de Referência: Criação de uma comunidade de prática de municípios em temas de resíduos orgânicos para o estado do Rio Grande do Sul	11
.....	11
Antecedentes e Justificativa	11
Objetivo.....	12
Objetivos Específicos	12
Atividades Principais.....	12
Tarefa 1. Desenvolvimento de um plano de trabalho	12
Tarefa 2. Elaboração de uma lista de participantes e envio de convites para a comunidade de prática	13
Tarefa 3. Desenvolvimento de metodologia para a priorização de temas e sessões da comunidade de prática	13
Tarefa 4. Realização da primeira sessão presencial da comunidade de prática.....	13
Tarefa 5. Priorização de temas e formatos de sessões	14
Tarefa 6. Desenvolvimento de cronograma e materiais para as atividades/sessões	14
Tarefa 7. Executar as sessões da comunidade de prática.....	14
Tarefa 8. Coletar conclusões-chave e lições aprendidas	15
Resultados Esperados e Entregáveis	15
Requisitos de Relatório	16
Critérios de Seleção	16
Experiência da empresa de consultoria.....	16
Outros Requisitos	16
Supervisão e Reporte	17
Cronograma de Pagos	17

Introdução

O metano é uma fonte significativa de gases de efeito estufa, exacerbando o aquecimento global devido à sua forte presença na atmosfera. O setor de resíduos representa 18% das emissões globais de metano, e essas emissões podem ser substancialmente reduzidas até 2030 com tecnologias eficazes de captura de gases em aterros sanitários e tratamento de resíduos orgânicos. A América Latina e o Caribe (ALC) são regiões estratégicas para a mitigação do metano, dada a sua significativa contribuição para as emissões globais e a alta concentração de resíduos orgânicos na composição.

Diante desse cenário, a Coalizão para o Clima e o Ar Limpo (CCAC, por seu acrônimo em inglês) aprovou o **projeto de cooperação técnica "Accelerating Project Implementation and Creating Enabling Conditions to Reduce Emissions"**. O projeto, executado pelo *Center for Clean Air Policy* (CCAP) e ImplementaSur, atuará em três países (Honduras, Uruguai e Brasil) com os seguintes objetivos principais:

- Aprovação de um plano de investimento específico por parte dos governos nacionais.
- Aprovação de um pacote de políticas públicas adaptadas a cada país.
- Fortalecimento das capacidades das partes interessadas para planejar, desenvolver e implementar projetos de gestão de resíduos orgânicos.

No Brasil, as atividades começaram em janeiro de 2024 em coordenação com o governo federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e com o governo estadual do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA). O estado conta com diversas iniciativas municipais inovadoras e bem-sucedidas na gestão de resíduos sólidos orgânicos, mas muitas dessas iniciativas não foram amplamente divulgadas para outros municípios.

Além disso, existem diversos desafios locais para implementar iniciativas de separação na fonte, desenvolvimento de infraestrutura para tratamento de resíduos orgânicos e criação de incentivos econômicos que promovam o aproveitamento desse tipo de resíduo. Nesse contexto, a SEMA considera essencial criar um espaço para interação entre os municípios, permitindo a troca de experiências e soluções para as barreiras locais enfrentadas.

O objetivo final é promover a colaboração, aproveitando experiências compartilhadas para enfrentar desafios semelhantes com abordagens comparáveis. Ao reunir soluções e lições aprendidas, as entidades locais podem lidar com obstáculos comuns de forma mais eficaz.

Além disso, há diversos desafios locais para implementar a separação na fonte, desenvolver infraestrutura para tratamento de resíduos orgânicos e criar incentivos econômicos que incentivem o aproveitamento desses resíduos. Nesse contexto, a SEMA considera essencial criar uma plataforma de interação entre os municípios, permitindo a troca de experiências e soluções para superar essas barreiras locais.

A SEMA decidiu, assim, priorizar o desenvolvimento de uma comunidade de prática em nível estadual, com o apoio do projeto, para **promover a cooperação entre atores governamentais dos municípios. O objetivo é compartilhar conhecimentos e experiências sobre a gestão de resíduos sólidos orgânicos.** A prioridade desse apoio será a elaboração dos Termos de Referência para contratar uma consultoria que atuará como equipe coordenadora no desenvolvimento dessa comunidade de prática.

Este documento apresenta uma breve orientação sobre a importância de criar uma comunidade de prática em resíduos orgânicos, os passos necessários para estabelecê-la e os Termos de Referência mencionados.

Diretrizes para o desenvolvimento de uma comunidade de prática

O objetivo principal de criar uma comunidade de prática é oferecer um **espaço de capacitação, discussão e intercâmbio de conhecimentos entre os participantes**. O público-alvo pode variar de acordo com os objetivos específicos de cada comunidade de prática e pode incluir atores públicos, privados, organizações não governamentais, academia ou sociedade civil, entre outros. No caso da comunidade de prática para o estado do Rio Grande do Sul, o foco será fortalecer as capacidades dos representantes dos governos municipais do estado, especialmente os responsáveis pela gestão de resíduos municipais.

O propósito de uma comunidade de prática é que os próprios membros liderem as sessões e compartilhem suas experiências. Embora possam ser convidados especialistas externos, a ideia central é que a participação de atores externos seja mínima, permitindo que as experiências locais, mais relevantes ao contexto dos participantes, sejam estudadas e compartilhadas. Isso aumenta o potencial de aplicação das lições aprendidas pelos municípios envolvidos.

Equipe coordenadora

A comunidade de prática deve contar com uma equipe coordenadora responsável pelo desenho e implementação das atividades. Essa equipe deve ter a capacidade de:

- Desenvolver metodologias para sessões e oficinas que priorizem a discussão de temas técnicos de forma participativa e dinâmica.
- Elaborar documentos técnicos de análise relacionados ao setor de resíduos sólidos.
- Coordenar eventos presenciais e virtuais (incluindo o domínio de plataformas digitais como Teams, Zoom, Meets, Webex, Skype, entre outras plataformas que permitem realizar videoconferências, chamadas de negócios, outros eventos online).
- Desenvolver materiais gráficos para a comunicação e divulgação das atividades. Essa expertise será fundamental para o design de relatórios, apresentações em PowerPoint, infográficos ou outros materiais.

Formatos: Tipos de atividades oferecidas pela comunidade de prática

Uma comunidade de prática geralmente se desenvolve com base nas experiências e melhores práticas de outras iniciativas semelhantes. As contribuições para o desenho das atividades devem incluir recomendações dos representantes das partes interessadas e das redes locais já existentes. Nesse caso, é importante ouvir representantes dos governos municipais e dos consórcios municipais para evitar a duplicação de esforços.

As atividades da comunidade de prática devem ser diversificadas para manter o engajamento dos membros. A seguir, estão os formatos recomendados:

- **Eventos presenciais:** eventos nos quais os membros podem participar de sessões projetadas para maximizar a interação entre eles e gerar conversas que incentivem o compartilhamento de experiências, promovendo a criação de relações de apoio duradouras entre os participantes.
- **Webinars:** eventos virtuais nos quais são desenvolvidos temas específicos com uma introdução geral de um especialista e a apresentação de exemplos práticos por parte dos membros. Nessas sessões, também são criados espaços para discussões entre os participantes sobre os temas apresentados.
- **Desenvolvimento de relatórios ou produtos de conhecimento:** documentos curtos ou de divulgação (incluindo relatórios, resumos técnicos, estudos de caso, guias, infográficos, blogs, entre outros) que serão desenvolvidos pelos coordenadores da comunidade de prática para fornecer informações técnicas de acordo com as prioridades dos participantes.
- **Sessões de treinamento:** eventos nos quais os participantes recebem capacitação no uso de ferramentas específicas (ex.: software, preenchimento ou geração de formulários, etc.).
- **Sessões abertas a outros estados ou países:** esses eventos compartilham experiências por meio da participação de convidados de outros estados ou países como palestrantes e também como participantes.
- **Visitas a projetos municipais de gestão de resíduos orgânicos:** esse formato permite que os membros participem de visitas em grupo para ver diretamente os avanços dos municípios do estado, aprender com as experiências de implementação e identificar potenciais oportunidades para replicar as iniciativas visitadas em seu próprio município.
- **Conexões entre pares (peer matching):** esse formato fomenta a troca direta de experiências:

- Entre vários municípios que têm interesses em comum;
 - Entre um município mais avançado que possa compartilhar sua experiência e outro município menos avançado, interessado em conhecer mais de perto o caso de sucesso;
 - Por meio de visitas técnicas individuais a campo, para aprender diretamente como a gestão de resíduos foi desenvolvida em outra jurisdição do estado.
- **Assistência técnica:** a comunidade pode oferecer apoio técnico específico, que pode ser definido por meio de processos de seleção anunciados pelos coordenadores, através de chamadas para apresentação de propostas. As melhores propostas podem receber apoio por meio de consultorias especializadas, de acordo com o que foi proposto. O alcance desse apoio técnico pode ser definido de acordo com a disponibilidade de recursos e com os interesses dos organizadores.

Desenho das atividades

A seleção dos temas abordados nas atividades deve ser feita de maneira participativa, levando em consideração os interesses dos participantes. Um primeiro passo para o desenho das atividades é **identificar as características dos membros da comunidade e seus principais interesses**. Essa metodologia deve coletar dados sobre:

- Interesses de aprendizado dos participantes.
- Necessidades de capacitação.
- Principais desafios na implementação de sistemas de gestão de resíduos orgânicos.
- Fortalezas e fraquezas dos membros com base em sua experiência.

A equipe coordenadora coleta essas informações em um banco de dados que é utilizado para organizar e priorizar os temas a serem abordados, selecionar as atividades a serem desenvolvidas e identificar os possíveis palestrantes de cada sessão. Além disso, é importante destacar que identificar as fortalezas e fraquezas dos membros também permitirá identificar oportunidades de intercâmbio bilateral entre municípios (ou atividades de *peer matching* dentro da comunidade de prática, conforme mencionado anteriormente).

A seleção e priorização dos temas podem ser realizadas em várias etapas. Sugere-se começar com uma sessão presencial para o lançamento oficial da comunidade de prática. Durante a primeira sessão, deve-se incluir pelo menos uma introdução à comunidade de prática, uma apresentação geral do enfoque e uma introdução ao tema da gestão de resíduos orgânicos. Posteriormente, utilizando metodologias de

priorização, serão identificados os principais temas gerais a serem tratados na comunidade de prática e o tipo de atividades a serem desenvolvidas de acordo com o *feedback* dos participantes.

As informações coletadas na primeira sessão presencial deverão ser organizadas em uma lista de temas específicos que deverão ser classificados em diferentes grupos temáticos de forma visualmente atrativa, para facilitar a visualização das opções. Dessa forma, será mais fácil para os participantes priorizarem os temas de seu interesse. A equipe consultora solicitará que os participantes priorizem os temas específicos dentro de cada grupo temático. A priorização pode ser realizada utilizando pesquisas interativas, nas quais os participantes terão a oportunidade de votar nos temas que gostariam de incluir. Ainda, pode ser usada a **Análise de Decisão Multicritério**, metodologia utilizada para avaliar e tomar decisões com base em múltiplos critérios

A segunda etapa de priorização auxilia na definição dos formatos pelos quais os participantes preferem que os temas sejam desenvolvidos. Essa segunda etapa de priorização pode ser realizada utilizando ferramentas online para votação, como por exemplo, pesquisas interativas que podem ser compartilhadas por meio de plataformas de interação online (como pesquisas no WhatsApp ou apresentações que incorporem o Mentimeter). A equipe consultora deve preparar as opções de formatos para os temas priorizados em cada grupo temático. Os participantes votarão nos formatos de sua preferência e, dessa forma, os formatos para o desenvolvimento das atividades serão definidos.

Implementação da comunidade de prática

Uma vez que os temas e formatos a serem desenvolvidos tenham sido priorizados, pode-se elaborar o cronograma de atividades da comunidade de prática. O cronograma deve ser desenvolvido de maneira flexível para que novos temas, que surjam nas discussões à medida que as atividades da comunidade de prática progridem, possam ser incorporados. Recomenda-se incluir atividades com frequência mensal que sejam realmente substanciais e produtivas, para não perder o interesse inicial dos participantes. No entanto, a frequência das reuniões pode ser ajustada de acordo com o *feedback* dos membros em relação às suas preferências e disponibilidade. Os temas e formatos apresentados devem ser planejados de forma dinâmica e intercalada, para evitar que as sessões se tornem repetitivas e com o objetivo de manter o interesse dos participantes ao longo do tempo.

O cronograma deve identificar os palestrantes das sessões, que podem incluir especialistas externos. No entanto, como mencionado anteriormente, é recomendável priorizar, sempre que possível, que os próprios participantes da comunidade de prática compartilhem sua expertise como palestrantes nas sessões. O cronograma de atividades deve incluir os detalhes logísticos necessários, de acordo com o formato de cada atividade.

A equipe coordenadora deve desenvolver os materiais necessários para cada sessão (incluindo a coordenação da participação dos palestrantes e o desenvolvimento das apresentações). É recomendável que as sessões online sejam gravadas e que os materiais utilizados (apresentações, ferramentas de software, formulários, etc.) estejam disponíveis online para os membros da comunidade de prática.

Durante as sessões, a equipe coordenadora é responsável por moderar as conversas e por compilar as principais conclusões dessas discussões, assim como as lições aprendidas no desenvolvimento da comunidade de prática. Esses dois insumos podem ser utilizados como feedback para as atividades futuras e para melhorar continuamente a dinâmica da comunidade de prática ao longo do tempo. Além disso, essas informações devem ser desenvolvidas para que possam ser compartilhadas com outros atores relevantes que estejam interessados em replicar o modelo no futuro. Essas informações também podem ser utilizadas para divulgar a importância da comunidade e fornecer argumentos para uma decisão sobre a continuidade da comunidade a longo prazo.

Anexo 1 - Termos de Referência: Criação de uma comunidade de prática de municípios em temas de resíduos orgânicos para o estado do Rio Grande do Sul

Antecedentes e Justificativa

O metano é uma fonte de gases de efeito estufa em rápido crescimento, exacerbando o aquecimento global devido à sua importante presença atmosférica. O setor de resíduos representa 18% das emissões globais de metano, que poderiam ser substancialmente reduzidas até 2030 por meio de tecnologias eficazes de captura de gases de aterros sanitários e recuperação de resíduos orgânicos. A América Latina e o Caribe (ALC) foi identificada como uma região chave para a mitigação do metano, devido às suas contribuições significativas para as emissões globais de gases de efeito estufa e à alta concentração de conteúdo orgânico em seus fluxos de resíduos. Muitos países da ALC agora incluem o setor de resíduos em seus compromissos climáticos, reconhecendo o potencial de uma redução relevante de metano por meio de melhores práticas de gestão de resíduos.

Em janeiro de 2024, as atividades foram iniciadas no Brasil, em coordenação com o governo nacional (por meio do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática) e com o governo local do estado do Rio Grande do Sul (por meio de sua Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura - SEMA). A SEMA priorizou várias linhas de trabalho, incluindo o apoio ao desenvolvimento de uma comunidade de prática em nível estadual que permita a cooperação entre os atores interessados dos municípios para compartilhar conhecimentos e experiências na gestão de resíduos sólidos orgânicos. O apoio consistirá em desenvolver um breve contexto e guia sobre a importância de estabelecer uma comunidade de prática em resíduos orgânicos, além de desenvolver os Termos de Referência para a contratação de uma consultoria que crie uma comunidade de prática entre os municípios sobre a gestão de resíduos orgânicos no estado do Rio Grande do Sul.

Atualmente, existem governos locais no estado do Rio Grande do Sul com diversas iniciativas municipais de manejo de resíduos sólidos orgânicos que foram inovadoras e bem-sucedidas. Apesar disso, muitas dessas iniciativas não foram disseminadas entre os demais municípios do estado. Por outro lado, também existem diversos desafios em nível local para implementar iniciativas de separação na fonte, desenvolver

infraestrutura de tratamento de resíduos orgânicos e gerar incentivos econômicos para promover o avanço no aproveitamento dessa corrente de resíduos.

Diante disso, a Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA) considera essencial que os municípios tenham um espaço onde possam interagir mais entre si para compartilhar tanto dificuldades comuns quanto as alternativas que ajudaram a superar as barreiras em nível local.

Como resultado, a SEMA decidiu priorizar uma linha de trabalho, no âmbito do projeto de cooperação técnica “Acelerar a execução de projetos e criar condições habilitadoras para reduzir as emissões”, que proporcione apoio ao desenvolvimento de uma comunidade de prática em nível estadual. Isso permitirá a cooperação entre os atores governamentais dos municípios para compartilhar conhecimentos e experiências na gestão de resíduos sólidos orgânicos.

A prioridade do apoio será o desenvolvimento de Termos de Referência para contratar uma firma de consultoria que apoie a SEMA, como equipe coordenadora, na criação da comunidade de prática em temas de resíduos orgânicos nos municípios do estado do Rio Grande do Sul. O presente documento constitui a entrega sob esta linha de trabalho e contém um breve guia sobre a importância de criar uma comunidade de prática em resíduos orgânicos, os passos para estabelecê-la e os mencionados Termos de Referência.

Objetivo

Estruturar e implementar uma comunidade de prática de municípios em temas de resíduos orgânicos no estado do Rio Grande do Sul (Brasil).

Objetivos Específicos

- Desenvolver capacidades nos funcionários dos municípios participantes para elaborar iniciativas e planos locais relacionados ao manejo de resíduos orgânicos.
- Estabelecer um espaço de troca de boas práticas que possibilite uma interação frequente e ativa entre os participantes.

Atividades Principais

Tarefa 1. Desenvolvimento de um plano de trabalho

A equipe consultora deverá desenvolver e apresentar um plano de trabalho e cronograma para alcançar os objetivos propostos, para aprovação da SEMA. O plano de trabalho deverá incluir as responsabilidades dos membros da equipe, contendo, no

mínimo, os seguintes temas: coordenação geral, desenvolvimento de conteúdo técnico sobre o manejo de resíduos orgânicos, comunicações/disseminação, necessidades logísticas para reuniões presenciais e online (incluindo a plataforma online para as sessões virtuais) e o apoio de design gráfico (com dedicação de tempo parcial).

Tarefa 2. Elaboração de uma lista de participantes e envio de convites para a comunidade de prática

A equipe consultora deverá elaborar uma lista de participantes a serem convidados para integrar a comunidade de prática. Como o estado possui 497 municípios, será um desafio incluir todos na comunidade de prática. Portanto, a equipe consultora deverá propor critérios para selecionar os municípios participantes. A lista deverá incluir representantes dos governos municipais do estado que sejam responsáveis pelo manejo de resíduos sólidos. A lista deverá detalhar, no mínimo, nome, cargo, entidade e informações de contato. A lista será desenvolvida e acordada em coordenação com a SEMA. Após a aprovação da lista, os convites oficiais serão enviados para confirmar o interesse em participar da comunidade de prática.

Tarefa 3. Desenvolvimento de metodologia para a priorização de temas e sessões da comunidade de prática

A equipe consultora deverá projetar a metodologia para identificar os principais temas a serem abordados e o tipo de atividades a serem desenvolvidas dentro da comunidade de prática. A metodologia deverá ser participativa, de forma que os participantes possam fornecer insumos para identificar os principais interesses de capacitação e aprendizagem.

A metodologia será aplicada na primeira sessão presencial da comunidade de prática, onde os participantes serão divididos em pequenos grupos, nos quais a equipe consultora moderará conversas para identificar, pelo menos:

- a) as fortalezas dos participantes,
- b) o que cada participante pode contribuir para a comunidade de prática,
- c) os interesses de aprendizagem dos participantes,
- d) as necessidades atuais dos participantes.

Tarefa 4. Realização da primeira sessão presencial da comunidade de prática

A equipe consultora deverá coordenar a primeira sessão presencial da comunidade de prática em conjunto com a SEMA. A sessão deverá incluir, pelo menos, uma introdução à comunidade de prática e uma apresentação geral da abordagem, bem como uma introdução ao tema do manejo de resíduos orgânicos. Em seguida, utilizando a

metodologia de priorização desenvolvida anteriormente, serão identificados os principais temas a serem abordados na comunidade de prática e o tipo de atividades a serem desenvolvidas de acordo com o feedback dos participantes. Relatórios detalhados da sessão deverão ser elaborados. Também se recomenda a criação de um grupo no WhatsApp para conectar os participantes e desenvolver de maneira participativa as temáticas a serem tratadas.

Tarefa 5. Priorização de temas e formatos de sessões

As informações coletadas na primeira sessão presencial deverão ser organizadas em uma lista de temas focados, que serão classificados em diferentes grupos temáticos de forma visualmente atraente. Após obter essa lista, a equipe consultora, junto com a SEMA, procederá à priorização dos temas a serem desenvolvidos. A priorização deverá ser realizada de forma participativa com os representantes municipais. A equipe consultora solicitará aos participantes que priorizem os temas focados sob cada grupo temático. Também será solicitado que priorizem os formatos sob os quais os participantes preferem que os temas sejam desenvolvidos. Os formatos incluem (mas não se limitam a) webinars, elaboração de relatórios ou produtos de conhecimento, sessões de treinamento, sessões abertas para outros estados ou países, assistência técnica, visitas a projetos municipais de manejo de resíduos orgânicos e *peer matching* (ou conexões entre pares). Sugere-se que a priorização seja realizada utilizando enquetes interativas que podem ser compartilhadas por meio do grupo de WhatsApp ou outras plataformas de interação online.

Tarefa 6. Desenvolvimento de cronograma e materiais para as atividades/sessões

Uma vez priorizados os temas e formatos a serem desenvolvidos, a equipe consultora elaborará o cronograma de sessões e atividades da comunidade de prática. O cronograma deverá identificar os palestrantes das sessões, que poderão incluir especialistas externos. No entanto, deve-se priorizar, sempre que possível, que os próprios participantes da comunidade de prática compartilhem suas expertises nas sessões.

O cronograma deverá incluir os detalhes logísticos necessários de acordo com o formato de cada atividade. O cronograma terá flexibilidade para incorporar novos temas que possam surgir nas discussões à medida que as atividades da comunidade de prática se desenvolvem. Também deverá incluir atividades frequentes, conforme o feedback dos participantes sobre sua disponibilidade, para que não se perca o interesse inicial dos mesmos. Os temas apresentados, assim como os formatos, devem ser planejados de forma dinâmica e intercalados, para evitar que as sessões se tornem repetitivas e com o objetivo de manter o interesse dos participantes ao longo do tempo. Por fim, a equipe consultora desenvolverá os materiais necessários para cada sessão.

Tarefa 7. Executar as sessões da comunidade de prática

Uma vez que o cronograma seja aprovado pela SEMA, os convites para as sessões serão compartilhados com os participantes com, pelo menos, um mês de antecedência. As sessões online deverão ser gravadas, e os materiais utilizados (apresentações, ferramentas de software, formatos, etc.) deverão estar disponíveis online para os membros da comunidade.

Tarefa 8. Coletar conclusões-chave e lições aprendidas

A equipe consultora deverá compilar em um relatório final as principais discussões desenvolvidas ao longo das atividades da comunidade de prática, incluindo, pelo menos, a identificação das barreiras atuais em nível municipal, a coleta de melhores práticas e casos de sucesso na gestão de resíduos orgânicos, trocas de informações entre pares e também os principais resultados alcançados pela comunidade de prática. O relatório virá acompanhado de um plano de disseminação para garantir que as lições aprendidas sejam compartilhadas com os municípios e outras partes interessadas. O objetivo de gerar essas informações é difundir a importância da comunidade e fornecer argumentos para a tomada de decisão sobre a continuidade da comunidade a longo prazo.

Resultados Esperados e Entregáveis

Tabela 1. Resultados e Entregáveis

Tarefa	Entregável	Cronograma de Entrega (em tempo decorrido após a assinatura do contrato)
1	Plano de trabalho	10 dias
2	Lista de participantes	20 dias
3	Metodologia participativa para identificação e priorização de temas e atividades	1 mês
4	Primeira sessão presencial da comunidade de prática	2 meses
5	Temas priorizados e formatos de sessões	2,5 meses
6	Cronograma de sessões	3 meses
7.1	Desenvolvimento de 30% das sessões da comunidade de prática	3,5 – 8,5 meses
7.2	Desenvolvimento de 30% das sessões da comunidade de prática	9,5 - 14.5 meses

7.3	Desenvolvimento de 40% das sessões da comunidade de prática	15,5 - 23.5 meses
8	Relatório final de conclusões-chave e lições aprendidas	23 meses

Fonte: Elaborado por CCAP (2024).

Requisitos de Relatório

A equipe consultora deverá cumprir com o objetivo, as atividades, o cronograma e os entregáveis do projeto mencionados de maneira oportuna. Todos os entregáveis deverão ser redigidos em português.

O líder da equipe da SEMA decidirá se os entregáveis são aceitáveis ou não. Reuniões internas serão realizadas dentro da equipe da SEMA para decidir e determinar se os entregáveis atendem aos requisitos desta consultoria. Caso os entregáveis não cumpram os requisitos, a equipe consultora será obrigada a revisá-los e complementá-los.

Critérios de Seleção

Convida-se a equipe ou firma consultora a apresentar uma proposta para a adjudicação do contrato delineado nestes termos de referência. As propostas devem incluir perfis de especialistas, experiência relevante e uma proposta técnica para cumprir as atividades delineadas nos termos de referência. Além disso, as propostas devem detalhar as metodologias que serão utilizadas para projetar e implementar a comunidade de prática, além de uma proposta econômica.

O documento de proposta técnica não deve exceder 50 páginas, incluindo anexos. A firma deve atender aos requisitos de elegibilidade e experiência descritos a seguir.

Experiência da empresa de consultoria

- Experiência geral de pelo menos 7 anos em gestão de resíduos sólidos no Brasil.
- Experiência específica de pelo menos 5 anos no desenvolvimento de eventos, sessões de intercâmbio (presenciais e virtuais).
- Experiência profissional no desenvolvimento de relatórios e produtos de conhecimento em temas de sustentabilidade, em particular sobre a relação entre o manejo de resíduos orgânicos e a mitigação das mudanças climáticas.

Outros Requisitos

A equipe consultora deverá demonstrar que tem a capacidade de formar um grupo de profissionais com as seguintes características:

- Experiência trabalhando com governos municipais e estaduais em temas de gestão de resíduos sólidos.
- Experiência no desenvolvimento de estratégias e materiais de comunicação e disseminação para a divulgação de temas ambientais, incluindo sustentabilidade e economia circular.
- Experiência na organização de eventos (presenciais e virtuais) que incorporem metodologias e dinâmicas participativas para os participantes.
- Experiência em pesquisa e desenvolvimento de produtos de conhecimento no Brasil ou na América Latina e Caribe.

Supervisão e Reporte

Após a apresentação do plano de trabalho pela equipe ou firma consultora, a SEMA e a equipe ou firma consultora se reunirão, pelo menos, uma vez por mês de forma regular. Cada membro da equipe da SEMA poderá fazer comentários sobre os entregáveis para garantir a qualidade dos mesmos.

Cronograma de Pagamentos

Tabla 2. Cronograma de Pagamentos

Entregáveis	Percentual do Pagamento (%)
Após a entrega dos entregáveis 1 e 2	15%
Após a entrega dos entregáveis 3 e 4	20%
Após a entrega dos entregáveis 5 e 6	15%
Após a entrega do entregável 7.1	10%
Após a entrega do entregável 7.2	15%
Após a entrega do entregável 7.3	35%
TOTAL	100%

Fonte: Elaborado por CCAP (2024).



RECYCLE ORGANICS

Reducing Methane
From Waste

Strategic Partners



Funder



a UNEP convened initiative